



**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

00524-2010-097-03-00-4 AP



**AGRAVANTES:**

**1) SANKYU S.A.**

**2) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

**AGRAVADOS:**

**OS MESMOS**

**EMENTA: TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA. EXECUÇÃO.** Em se tratando o Termo de Ajuste de Conduta de título executivo extrajudicial, este deve ser executado, segundo os exatos termos em que foi pactuado. Evidenciando-se do parágrafo segundo da cláusula 3ª do TAC ter sido ajustada a incidência de multa a ser corrigida a partir da data da assinatura do acordo, pelos índices de correção dos débitos trabalhistas aplicados na Justiça do Trabalho, tal deve ser considerado para o cálculo da referida multa.

Vistos os autos.

### **RELATÓRIO**

O MM. Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano, mediante decisão da lavra da Exma. Juíza Adriana Campos de Souza Freire Pimenta, às fls. 243/246, julgou PARCIALMENTE PROCEDENTES os embargos à execução opostos por SANKYU S.A, para determinar a remessa dos autos à SLJ, com o fim de ajustar a correção das multas do presente executivo fiscal.

Inconformada, a executada interpõe agravo de petição às fls. 247/252, insurgindo-se em face da decisão proferida na origem, a qual considerou não haver nenhuma falha no Parecer Técnico da Assessoria de Medicina do Ministério Público do Trabalho que enquadrou as conclusões do Laudo Técnico do MTE nas obrigações firmadas no Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Alega que a execução ajuizada pelo d. MPT foi fundamentada em Parecer Técnico elaborado pelo Sr. Rafael Ribeiro de Faria, o qual teria afirmado em juízo não saber dizer se o empregado



**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**00524-2010-097-03-00-4 AP**

acidentado encontrava-se embaixo da peça que provocou o acidente, razão pela qual entende não ter sido descumprido a cláusula “2.d” do TAC, devendo ser absolvida do pagamento da respectiva multa. Diz que tampouco houve descumprimento das cláusulas “2.a” e “2.c” do mesmo TAC, salientando que todos os empregados que executavam a tarefa estavam treinados e totalmente orientados, pugnando pela reforma da decisão.

O Ministério Público do Trabalho interpôs agravo de petição às fls. 270/274 pugnando pela reforma da decisão no concernente à incidência da correção monetária.

Contraminuta pelo MPT às fls. 261/269, bem como pela executada às fls. 315/317.

É o relatório.

**PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE PETIÇÃO INTERPOSTO PELA EXECUTADA, POR IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL, ARGUIDA PELO AGRAVADO, MPT**

Argui o agravado a presente preliminar de não conhecimento do recurso interposto pela executada, por irregularidade de representação processual.

Sem razão, contudo.

Ao exame dos autos, infere-se que o apelo foi subscrito pelo Dr. Emanuel Paulo Rocha e pela Dr<sup>a</sup> Marina Baião Rocha (fl. 244). De outro lado, evidencia-se pelo instrumento de mandato anexado à fls. 48, que a ré conferiu poderes de representação apenas ao primeiro subscritor do apelo, Dr. Emanuel Paulo Rocha. Não obstante, encontra-se regular a representação processual da executada, eis que o referido patrono estava investido de poderes para representação a empresa.

Rejeito.



**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**00524-2010-097-03-00-4 AP**

### **JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

Conheço do agravo de petição interposto pela executada, bem como do agravo interposto pelo exeqüente, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade recursal.

### **JUÍZO DE MÉRITO**

#### **DESCUMPRIMENTO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA (TAC) – MULTAS**

Conforme se infere dos autos, após acidente de trabalho ocorrido em 22/07/2003, o qual vitimou fatalmente empregado da demandada, firmou-se entre a ré, Sankyu S.A, e o MPT Termo de Ajuste de Conduta (TAC), em que se obrigava a empresa a: *“Elaborar e divulgar procedimento de trabalho contemplando os riscos inerentes às atividades a serem executadas e o detalhamento dos procedimentos a serem tomados na execução das mesmas, tendo em conta os riscos genéricos e específicos do estabelecimento e de cada atividade (levando em consideração as características dos locais de trabalho, os equipamentos utilizados, entre outros), bem como orientar os trabalhadores sobre técnicas preventivas a serem adotadas, objetivando evitar acidentes do trabalho e doenças profissionais, conforme exigências do item 1.1 alíneas “b e “c”, da NR-1”* (cláusula 2.a fl. 12)

Comprometeu-se ainda a executada a: *“promover treinamento de segurança para os trabalhadores, desde a contratação e com reciclagem periódica, conforme determina a NR-9”* (Cláusula 2.b, fl. 12); *“garantir que a execução das tarefas seja feita somente por empregados treinados e totalmente orientados quanto aos seus riscos e aos procedimentos seguros para executá-las”* (cláusula 2.c, fl. 13); *“não permitir, em hipótese alguma, que seus funcionários trabalhem abaixo de cargas suspensas, principalmente durante o período em que o capuz móvel convertedor estiver desconectado”* (cláusula 2.d, fl. 13).

Ocorre que, no dia 15/04/2009, houve novo acidente de trabalho



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

00524-2010-097-03-00-4 AP

nas dependências da ré, o qual vitimou fatalmente empregado desta, tendo sido constatado pelo Parecer Técnico elaborado pela Assessoria de Medicina do MPT que a executada descumpriu três das quatro cláusulas do TAC, a saber, cláusulas “2.a”, “2.c” e “2.d”, razão pela qual o MPT interpôs a presente ação de execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial, com o objeto de compelir a ré ao pagamento das multas ajustadas no TAC, pelo descumprimento das cláusulas nele ajustadas.

Interpostos embargos à execução pela executada, estes foram desprovidos pelo d. julgador primevo, tendo a ré interposto o presente agravo de petição em que alega não ter descumprido nenhuma das cláusulas ajustadas no TAC. Diz que a execução ajuizada pelo d. MPT foi fundamentada em Parecer Técnico elaborado pelo Sr. Rafael Ribeiro de Faria, o qual afirmou em juízo não saber dizer se o empregado acidentado encontrava-se embaixo da peça que provocou o acidente, razão pela qual entende não ter sido descumprida a cláusula “2.d” do TAC. Alegou ainda que os documentos coligidos ao feito demonstram que também não houve descumprimento cláusulas “2.a” e “2.c” do mesmo TAC, vez que todos os empregados que executavam a tarefa estavam treinados e totalmente orientados, pugnando pela reforma da decisão.

Entretanto, não assiste razão à executada.

Conforme consta do Parecer Técnico elaborado pelo Ministério Público do Trabalho, anexado às fls. 207/211, “*o trabalho do Mecânico Montador Geraldo das Neves Souza [empregado vitimado pelo acidente] consistia no carregamento de caminhão e carreta para transporte os trucks de translação para área provisória, sendo sete peças ao todo. A carreta foi carregada pela manhã e o descarregamento se deu após o almoço. No momento em que a peça estava sendo içada da carreta para ser depositada na área de depósito provisório, houve o rompimento do metal em um dos lados onde o cabo de aço estava amarrado. Com isso, um pedaço da peça e o cabo de aço, passaram pelo moitão do guindaste e atingiram o funcionário, que estava descendo da carreta*” (fl. sic, fl. 209)

O laudo técnico de análise do acidente do trabalho elaborado pelo MTE destaca, dentre as conclusões a que chegou o SEMST da empresa, quanto



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

00524-2010-097-03-00-4 AP

às causas do acidente ocorrido em 15/04/2009: a “*falha na comunicação (sinalização e comunicação insuficientes)*”; a “*indefinição quanto à área de risco para içamento de cargas*”; a “*avaliação inadequada do posicionamento do cabo*”; a “*ausência de profissional com conhecimento técnico especializado (avaliação inadequada do posicionamento do cabo para içamento)*”; o “*posicionamento inseguro*”; a “*falta de norma, padrão e instrução*”, dentre outros (fls. 18/19).

Destaca-se, ainda, conforme consta do mesmo documento que, na investigação do acidente feita pela empresa, constam as seguintes medidas para que sejam evitados acidentes semelhantes: “*isolar a área do raio do alcance do guindaste*” e “*certificar-se de que todos os envolvidos na operação estão for do raio de ação*” (fl. 25)

De acordo ainda com o parecer elaborado pelo Ministério Público do Trabalho. “*o trabalhador se encontrava sob área de risco de carga suspensa no momento do acidente*” (fl. 211).

Como se conclui do exame do laudo técnico de análise do acidente do trabalho elaborado pelo MTE, a própria executada, ao investigar o acidente a fim de adotar as medidas preventivas para a ocorrências de acidentes semelhantes, admite que o acidentado **encontrava-se dentro da área de risco daquela da operação de içamento da carga.**

De outro lado, conforme bem salientado na origem, não se pode conferir uma interpretação meramente literal à expressão “abaixo de cargas suspensas” constante da cláusula “2.d” do Termo de Ajuste de Conduta, devendo ser considerado, o fato de que o trabalhador encontrava-se no raio de risco da operação. Com efeito, as cláusulas constantes do referido TAC foram firmadas com o único objetivo de evitar que novos acidentes ocorressem nas dependências da empresa. Todavia, constatando-se a ocorrência de novo acidente, bem como o fato de que o empregado vitimado se encontrava na área de risco da operação de içamento de cargas, a conclusão inexorável é a de que a demandada descumpriu as cláusulas firmadas no Termo de Ajuste de Conduta.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

00524-2010-097-03-00-4 AP

Não prevalecem as extensas alegações da executada, no sentido de não ter descumprido a cláusula “2.d” do TAC, ao argumento de que o empregado não estaria “abaixo” de carga suspensa. A discussão é de todo desnecessária, porquanto, ainda que o empregado não estivesse exatamente abaixo da carga suspensa, repita-se, encontrava-se dentro da área de risco daquela operação de içamento de carga, o que evidencia o descumprimento da cláusula 2.d do TAC, a qual determina à ré que não permita “*que seus funcionários trabalhem abaixo de cargas suspensas*”, a qual deve ser interpretada em sentido mais abrangente, ou seja, de que não permaneçam os empregados **dentro da área de risco das operações de içamento da carga.**

Evidencia-se, ainda, que o empregado Wagner de Sales Correia, o qual presenciou o acidente, relatou para a auditora do MTE que havia dado sinal para que o operador do guindaste continuasse o levantamento da carga, antes mesmo que o empregado acidentado, Sr. Geraldo, tivesse descido da carreta. Tal circunstância, indubitavelmente, contribuiu para a ocorrência do acidente fatal, eis que houve quebra da parte da peça onde estava amarrada uma das extremidades do cabo, vindo a peça a cair no chão, sendo que o cabo com a parte da peça que se rompeu, projetou-se e saiu do gancho do guindaste vindo a atingir o Sr. Geraldo que ainda não havia descido totalmente da carreta, fato que, segundo alegou o citado empregado, era de seu desconhecimento. Tal circunstância releva a despreparo do empregado para a execução da tarefa, evidenciando-se, assim, que esse não foi orientado quanto aos procedimentos seguros para sua execução, evidenciando-se, pois, o descumprimento da cláusula “2.c” do TAC (fl. 18).

E, por fim, houve também o descumprimento da cláusula “2.a” do TAC. Com efeito, os documentos intitulados Diálogo Diário de Segurança (fl. 165) e Análise de Risco da Tarefa (fl. 185) realizado no dia do infortúnio (15/04/2010) não evidenciam a análise de risco detalhada das atividades realizadas pelo acidentado no dia do acidente (fl. 165), descumprindo-se assim a citada cláusula, que prevê análise dos riscos genéricos e específicos do estabelecimento e de cada atividade a ser executada no âmbito da ré.



**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**00524-2010-097-03-00-4 AP**

Na esteira do posicionamento adotado pelo d. julgador primevo, tenho que não se evidenciou nenhuma falha no Parecer Técnico da Assessoria de Medicina do Ministério Público do Trabalho, o qual se embasou nas conclusões do laudo técnico do MTE, enquadrando, corretamente, neste as obrigações firmadas no TAC.

Correta, portanto, a r. decisão proferida na origem.

Nego provimento.

#### **RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

#### **INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Sustenta o MPT que o Termo de Ajuste de Conduta celebrado com o agravado prevê, em seu parágrafo segundo, de comum acordo, que a multa pactuada terá seu valor corrigido, a partir da data da assinatura do acordo, pelos índices de correção dos débitos trabalhistas, aplicados na Justiça do Trabalho. Pugna assim pela reforma da decisão de origem, a fim de determinar que se tome a data da assinatura do TAC como marco inicial do descumprimento da obrigação assumida.

Com razão.

Posicionou-se o d. julgador primevo no sentido de que: “No que tange à correção das multas, acolhe-se o requerimento da executada no sentido de que as multas ora aplicadas serem corrigidas a partir da infração, isto é, do acidente noticiado nos autos em 15/04/2009, uma vez que a executada não se encontrava em mora na data da assinatura do TAC” (fl. 245-verso)

Entretanto, não posso comungar do entendimento exposto na origem, *data venia*.

É que, em se tratando o Termo de Ajuste de Conduta de título



**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**00524-2010-097-03-00-4 AP**

executivo extrajudicial, deve esse ser executado, segundo os exatos termos em que foi pactuado pelas partes. E, conforme se infere do parágrafo segundo da cláusula 3ª do TAC, restou, expressamente, estipulado que “a multa ora pactuada terá seu valor corrigido, a partir da data da assinatura deste acordo, pelos índices de correção dos débitos trabalhistas, aplicados na Justiça do Trabalho” (fl. 13).

Assim, a multa pactuada terá seu valor corrigido a partir da assinatura do TAC e não a partir da data do acidente.

Dou provimento ao apelo para determinar que a multa pactuada terá seu valor corrigido, a partir da data da assinatura do TAC, pelos índices de correção dos débitos trabalhistas, aplicados na Justiça do Trabalho

#### **CONCLUSÃO**

Conheço do agravo de petição interposto pela executada e, no mérito, nego-lhe provimento.

Conheço do agravo de petição interposto pelo MPT e, no mérito, dou-lhe provimento para determinar que a multa pactuada terá seu valor corrigido, a partir da data da assinatura do TAC, pelos índices de correção dos débitos trabalhistas, aplicados na Justiça do Trabalho.





**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**00524-2010-097-03-00-4 AP**

**FUNDAMENTOS PELOS QUAIS,**

O **Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região**, em Sessão da Egrégia 7ª Turma, hoje realizada, analisou o presente recurso e, unanimemente, conheceu do agravo de petição interposto pela executada e, no mérito, sem divergência, negou-lhe provimento. À unanimidade, conheceu do agravo de petição interposto pelo MPT e, no mérito, ainda sem divergência, deu-lhe provimento para determinar que a multa pactuada terá seu valor corrigido, a partir da data da assinatura do TAC, pelos índices de correção dos débitos trabalhistas, aplicados na Justiça do Trabalho.

Belo Horizonte, 14 de abril de 2011.

**MARCELO LAMEGO PERTENCE**  
DESEMBARGADOR RELATOR

MLP/ECA